

MINHAS MADRUGADAS COM *FRANKENSTEIN*:  
BREVE REFLEXÃO SOBRE AUTÔMATOS E A TRADUÇÃO DE UM  
CLÁSSICO

por Christian Schwartz<sup>1</sup>

Alguns anos atrás, passei três meses mergulhado numa das mais célebres histórias de terror de todos os tempos, *Frankenstein*. A tradução – publicada com grande esmero editorial na coleção de clássicos Penguin-Companhia das Letras – foi, como era meu hábito àquela época, toda feita de madrugada, ignorando o bom senso e conselhos de amigos e familiares. Mas medo, posso garantir, não senti em momento nenhum, noites adentro debruçado sobre livros e o teclado do computador. Não digo isso por bravata: é que sempre me faltou afinidade com histórias de terror – elas não me comovem. Nunca comoveram. E, portanto, não me assustam.

O que não me impede de reconhecer, sem hesitar, que *Frankenstein*, escrito por uma jovem Mary Shelley, então com menos de 20 anos, no início do século XIX, é um clássico total. Ao menos na minha definição particular do que seja um clássico: aquele livro que, não importa em que versão – ou tradução – e a que distância de sua publicação original, continue dizendo coisas importantes, universalmente.

Mas ser capaz de elaborar sobre *o que é* um clássico, e com uma definição de minha própria lavra, não leva automaticamente a saber *como se faz* para, também de próprio punho, reescrever um clássico – e, para todos os efeitos, trata-se de *outro* texto – um ou dois séculos depois, em outra língua, para leitores futuros e contemporâneos. (E agora que penso nisso: esses leitores de hoje, com seus e-books e tablets, são eles próprios leitores futuros – de um futuro muito longínquo daquele 1818, ano em que o livro

---

<sup>1</sup> Christian Schwartz é jornalista, professor e tradutor literário – verteu para o português autores como Jonathan Coe, Nick Hornby, Hanif Kureishi, Graham Greene, Mary Shelley, Philip Pullman, Jeffrey Eugenides, F. Scott Fitzgerald e Nathaniel Hawthorne, entre outros. É também doutor em História Social (USP/Cambridge) com tese sobre tradução cultural e futebol.

estrou – que nem Mary Shelley, escritora de pródiga imaginação, poderia ter concebido quem e como seriam.)

Por onde começar uma empreitada dessas?

Primeiro, pelo básico, e que tento fazer para qualquer tradução: ler alguma coisa mais da mesma autora e, ainda, o que se escreveu sobre ela – no caso de Shelley, um baú infindável de crítica. Mas apenas os textos presentes na edição da Penguin-Companhia – uma alentada introdução e notas de Maurice Hindle, especialista da Open University, e um delicioso posfácio do jornalista Ruy Castro – já me serviram perfeitamente como guias iniciais. Recomendo a edição, e muito, por isso.

Devidamente equipado com o aparato crítico para uma interpretação informada do texto – e uma tradução é isso também, senão principalmente: *uma interpretação informada* –, o tradutor não escapará, porém, ao difícil embate de seu ofício. É que, ao contrário do que se possa pensar à primeira vista, a tradução, porque sempre uma interpretação em circunstâncias diversas das que cercaram a publicação original, não é a “simples” transposição de uma língua à outra – o que, por si só, jamais poderia mesmo ser simples, dada a complexidade em se definir “língua”: de qual registro linguístico exatamente estamos falando, para começar?

Na tradução de clássicos, uma das dificuldades é justamente encontrar o equilíbrio certo entre a fidelidade a um uso da língua (especialmente nos diálogos) “de época” e certa fluência na língua atual, no seu registro “moderno”, justamente para não soar estranho, ou estrangeiro, demais ao leitor de hoje. Não se trata de “simplificar” o original, mas justamente de traduzi-lo! Ou seja, a transposição se dá no tempo, no caso dos clássicos sobretudo, e isso é um complicador a mais.

Também é algo inusitado, para o tradutor, que o texto já tenha outras versões – e não falo de adaptações, que, no caso de *Frankenstein*, são incontáveis. Traduções propriamente ditas, são mais de uma dúzia publicadas no Brasil. As mais antigas – que consultei apenas por curiosidade, sem que influenciassem meu trabalho – precisaram achar seu próprio equilíbrio entre o registro do texto original e o que era o português da época em que foram feitas. Certamente haverá diferenças entre essas versões e uma nova.

E, ao contrário de colegas tradutores com quem converso, que preferem nem olhar outra versão para não “contaminar” a sua, posso dizer que cotejar minhas soluções com as de traduções mais recentes de *Frankenstein* foi de grande ajuda. Mais: fiz isso *enquanto* traduzia, com essas outras versões ao alcance da mão, na mesa de trabalho, procurando

sempre a síntese que fosse a melhor solução, nos momentos em que a coisa embatucava.

Por fim, um clássico, além das traduções anteriores, por ser clássico ainda terá outras. Minha tradução de Mary Shelley é a resposta que encontrei hoje, segunda década do século XXI, no Brasil, a esse texto fundador da literatura gótica e, reafirmo, um clássico universal. Espero que sirva ao leitor meu contemporâneo.

Mas o que, contemporaneamente, se pode aprender com *Frankenstein*? É uma questão sobre a qual tenho meditado – e penso que especialmente relevante num momento em que a presença da inteligência artificial na vida cotidiana frequentemente gera medo e paranoia na mesma proporção em que fascina.

Para os entusiastas das novidades tradutórias, é provável que uma recente chamada de capa do jornal Folha de S. Paulo (24/4/2019) anunciando os resultados de um estudo realizado por pesquisadores da Universidade da Califórnia, em San Francisco, tenha causado algum frisson: “Implante cerebral melhora tradução de pensamento em fala”, dizia a manchete.

A matéria explicava que, tendo arregimentado cinco voluntários que passariam por uma neurocirurgia, os autores do estudo aproveitaram o procedimento para introduzir eletrodos entre o osso do crânio e o cérebro dos pacientes. Com o equipamento instalado dentro da cabeça, as cobaias foram instruídas a falar centenas de frases. “Enquanto isso, um monitor ligado aos eletrodos fazia uma espécie de mapa da atividade elétrica no cérebro, mostrando quais áreas repercutiam enquanto os pacientes falavam.”

Por fim, o estudo procedeu à decodificação dos sinais captados: primeiro, mapeando a articulação correspondente dos músculos da fala (lábios, língua, mandíbula), como se os pesquisadores registrassem os sujeitos da pesquisa falando sem emitir som; já numa segunda etapa, com o uso de inteligência artificial, os sinais cerebrais foram “casados” a esses movimentos mecânicos para reproduzi-los em fala.

Mas o que a mim, particularmente, mais surpreendeu foi a ambição anunciada para a sequência do estudo. “Queremos criar uma tecnologia para que pessoas possam se comunicar de forma mais natural”, declarou Edward Chang, um dos neurocientistas da Califórnia. “O estudo foi feito a partir de palavras que foram ditas. Ainda não sabemos se é possível decodificar pensamentos isolados.”

“Pensamentos isolados”?

Fiquei eu, cá com meus botões de modesto tradutor literário, a tentar decodificar o que acabara de ler – pondo em prática o procedimento mesmo que, para aqueles pesquisadores, define uma tradução, ou ao menos era isso que davam a entender as notícias sobre o inédito estudo (“implante cerebral traduz pensamentos”).

Tudo isso é um pouco *frankensteineano*. E pode ser mesmo assustador descobrir que 99% de todas as traduções são, atualmente, feitos com o auxílio de máquinas. A informação consta do mais recente relatório de uma organização ([www.taus.net](http://www.taus.net)) dedicada a fazer avançar o uso do computador nessa atividade que, particularmente em sua vertente literária, reivindica para si o status de arte – ou, no mínimo, de processo criativo.

“A cada dia do ano de 2016, mais de 250 bilhões de palavras foram traduzidas por máquinas”, contabiliza o estudo. É um cenário devastador para os tradutores profissionais. E, de fato, muitos foram sendo dispensados pela automação ao longo das últimas décadas. Exceto por um punhado de privilegiados (entre eles, este que vos escreve), pois do que ainda não se tem notícia, precisamente, é que algum romance, conto ou poema tenha sido traduzido inteira e, sobretudo, satisfatoriamente por algoritmos.

Uma primeira e boa razão para isso é que até a menos sofisticada das recriações de uma língua a outra não se faz palavra por palavra, e é curioso que o tal relatório do fim do mundo da tradução como um dia a conhecemos venha nos contar hiperbolicamente as vantagens do computador exatamente com base nessa falsa medida de eficiência.

O espantoso avanço das máquinas sobre o engenho humano nessa área só começou, ao contrário, quando seus desenvolvedores perceberam que a linguagem humana transcende o nível lexical, e mesmo sintático – as “palavras que foram ditas”, na expressão do autor do estudo sobre tradução de pensamentos; ela é sempre “texto” – no sentido de uma interação verbal, mesmo que falada, com fim específico – e, principalmente, *contexto*.

A virada aconteceu quando a tradução automática entrou numa segunda fase: a partir dos anos 1980, as máquinas passaram a ser alimentadas não com os sistemas estáticos (dicionário mais regras gramaticais, basicamente) de duas ou mais línguas, mas com textos reais – escritos por humanos, como é óbvio – nos diferentes idiomas em que estivessem disponíveis. A internet, um imenso banco de traduções (basta pensar no volume de documentos ou notícias que circulam diariamente em mais de uma língua, na ONU ou na BBC), se provou um manancial de acesso imediato.

A partir daí, métodos estatísticos sofisticados e as chamadas redes neurais de processamento desses textos procedem, hoje com notável

precisão e capacidade de autocorreção, à varredura de equivalências de significado e ao “casamento” entre frases ou pedaços delas.

Nesses termos não haveria algo como um “pensamento isolado” – prévio à sua expressão num determinado contexto.

É curioso, portanto, ver que a neurociência recorre a concepções filosóficas que outrora também guiaram as teorias da tradução automatizada, conforme descreve o professor e tradutor David Bellos em seu *Is That a Fish in Your Ear?*, excelente apanhado sobre as noções de tradução ao longo dos séculos. “Se a língua é um código [...], o que estaria codificado nela?”, pergunta-se o autor, tentando reconstituir o raciocínio dos primeiros desenvolvedores de máquinas tradutoras. “Só há uma resposta possível na longa tradição ocidental de estudo das línguas desde os gregos [...]: o significado (às vezes chamado de ‘pensamento’)”.

Mas Bellos contrapõe: “Não faz sentido imaginar [que seja possível] transportar a dimensão étnica, de auto-identificação, contida em qualquer manifestação expressiva. Absolutamente toda e qualquer reformulação, no mesmo dialeto ou língua ou qualquer outro(a), constrói uma identidade diversa”.

Essa noção, absolutamente correta, contrasta com o que escreveu um leitor na seção de comentários da matéria sobre o experimento da Califórnia: o internauta comemorava o que seria – na sua concepção leiga, um pouco totalitária e nada dialógica, talvez um sinal dos tempos... – o início da descoberta de “um método de comunicação inter-humana sem ligação com a linguagem”!

Ainda que inadvertidamente, o comentário toca no que talvez devesse ser nosso mais justificado temor em relação à inteligência artificial aplicada à linguagem: que ela, em vez de imitar, se afaste completamente de padrões antropocêntricos. “A ideia de que mentes computacionais deveriam se assemelhar a mentes humanas começa a parecer tão fatalmente arrogante quanto foi a astronomia geocêntrica”, sugeriu o crítico Julian Lucas, da revista *The New Yorker* (15/4/2019), ao resenhar o mais recente romance de Ian McEwan, *Máquinas como eu* (Companhia das Letras).

Como bem observou meu colega Bruno Gambarotto – ele próprio responsável por outra tradução de *Frankenstein*, publicada quase que simultaneamente à minha –, “a ideia da tradução como processo unicamente mecânico entra em conflito com a dimensão política do ofício e insinua instâncias de cerceamento da liberdade necessária à negociação em torno da diferença e da contradição inerentes ao contato humano. [1]No limite, a possibilidade de apagamento mecânico da figura do tradutor sugere uma inflexão poderosa no modo como temos organizado nossas babéis e lidado

com a própria ideia de pluralidade e com a produção de consensos (ou, mais tradutoriamente falando, equivalências)” (Folha de S. Paulo, 9/12/2018).

No romance de McEwan, o casal de protagonistas, Charlie e Miranda, envolvido num estranho triângulo com o robô Adão (ah, esses nomes de personagens literários...), discute justamente até onde poderia ir a habilidade linguística dos autômatos, perguntando-se se robôs um dia seriam capazes de escrever romances, ou seja, histórias embebidas na essência da experiência humana. É quando Miranda interrompe o devaneio, sombria: “[Mas] quem falou em experiência humana?”

Na visão de Gambarotto, com a qual concordo, “a tradução [...] como processo integra a pluralidade social do pensamento” – a ênfase aqui é em *social* – “e o princípio do contraditório sob o qual as sociedades democráticas se organizam”.

“Não há mecanização capaz de superar a condição histórica da tradução”, escreveu ainda meu colega de ofício – mais uma vez acertadamente.

McEwan, ao contrário, projeta um mundo no qual, prescindindo da interação social (e democrática, espera-se) que nos torna seres de linguagem e afeto – justamente o que o monstro de Frankenstein não podia ser –, as máquinas nos imponham, enfim, uma “língua dos pensamentos isolados”: extinto o romance (nos dois sentidos da palavra), de nada nos servirá tentar traduzi-la.

\*

Nesta breve reflexão, procurei passar em revista algumas ideias a meu ver equivocadas sobre as possibilidades da tradução automatizada; ao mesmo tempo, tomei um clássico que tive o prazer de traduzir – *Frankenstein*, de Mary Shelley – como perfeita ilustração do caráter humano incontornável daquilo a que chamamos linguagem (ou, mais especificamente, “língua”).

Num breve apanhado sobre a evolução da tradução automatizada, relembrei que ela tateou no escuro até o momento em que as máquinas deixaram de lidar com “divergências estruturais dos idiomas”, para funcionar a partir de textos anteriormente traduzidos por pessoas e acessíveis em imensos repositórios online como os arquivos multilíngues da ONU ou da BBC. Pois a linguagem humana obviamente transcende o nível sintático/lexical: ela é sempre “texto” – uma interação verbal com fim específico e imediato, impossível de prever antes da ocorrência linguística propriamente dita, ou seja, fora de seu contexto.

E, no entanto, é curioso ver que em outra área que contabiliza avanços significativos nas últimas décadas, a neurociência, recorre-se a concepções filosóficas que um dia também guiaram, mas por caminhos improdutivos, o desenvolvimento da tradução por máquinas. É precisamente o caso da teoria segundo a qual a linguagem seria um código que encapsula “significados” – ou quem sabe “pensamentos”? – e a tradução, a chave para sua decodificação.

Defendo, ao contrário, que a tradução, particularmente a tradução literária, é um trabalho criativo; e reescrever um clássico (para todos os efeitos, trata-se de um novo texto) um ou dois séculos depois, em outra língua, para leitores futuros e contemporâneos, um trabalho semi-autoral – o que máquina alguma jamais será capaz de fazer com o mesmo engenho de uma mão de carne e osso.

Por fim, conforme aprendeu da forma mais trágica o dr. Victor Frankenstein – e nos lembra contemporaneamente um romancista estupendo como Ian McEwan – um autômato com aspirações ao que é inapelavelmente humano sempre terminará por se revelar um monstro.

\*\*